

RASURA:

DA SUBJETIVIDADE NA TEXTUALIZAÇÃO DE TEXTOS ACADÊMICOS¹

Cármen Lúcia Hernandes Agustini²

Sirlene Cíntia Alferes³

João de Deus Leite⁴

agustini@ileel.ufu.br

sirlene_alferes@yahoo.com.br

joadedeusleite@hotmail.com

RESUMO: Neste artigo, a partir de um diálogo conceitual entre as teorizações de Jacqueline Authier-Revuz (1998; 2004), implicada ali a incursão em exteriores teóricos mobilizados por ela, e a noção de enunciação de Émile Benveniste (2005; 2006), traçamos como objetivo problematizar a relação *daquele que textualiza* com *aquilo que diz* ao escrever e com *a forma como o diz*, pensando a rasura. Para este trabalho, a concepção de rasura reclama certo circunstanciamento: a rasura não é um fato sustentado meramente por um mo(vi)mento de correção; ao contrário, para nós, a rasura se estabelece como um espaço de tensão instaurado por um acontecimento de *falta-excesso* de dizer frente a *algo* que escapa àquele que diz ao (se) enunciar e com o qual se estranha. Sendo assim, sob nossa óptica, de simples ato corretivo, a rasura se apresenta com um estatuto de complexa relação com a subjetividade não-subjetivista. Para tanto, estabelecemos como material de análise recortes de anotações produzidas por universitários durante aulas, conferências, estudos etc.

PALAVRAS-CHAVE: linguística da enunciação; rasura; estranho-familiar; subjetividade.



surpreendo seu nome em meu caderno
(em minha letra, sua versão definitiva)
pronto censuro-lhe a presença
fica no lugar uma nuvem de grafite
(TAMBÉM, 2005: 39)

¹ A versão que ora apresentamos neste texto parte de discussões produzidas por Agustini (2008), ainda não publicadas, em apresentação de Mesa-redonda: *Linguagem e constituição do sujeito*, no III Seminário de Pesquisa em Análise do Discurso (III SEMAD), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

² Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora no Instituto de Letras e Linguística (ILEEL), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

³ Discente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL), Curso de Doutorado, do Instituto de Letras e Linguística (ILEEL), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

⁴ Discente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL), Curso de Doutorado, do Instituto de Letras e Linguística (ILEEL), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Não é por acaso que mobilizamos como epígrafe deste trabalho o poema “surpreendo”, do poeta mineiro Danislau Também, constante do livro *O herói hesitante: autobiografia de um anônimo*. Trata-se de um poema que, dada a sensibilidade artística do poeta, evidencia um aspecto importante da *rasura*, objeto de nossas análises no momento, qual seja: *a surpresa como um elemento do estranh(ament)o-familiar subjetivo*. Por assim dizer, é possível destacar, conforme traz à tona esse poema, que a posse da letra por aquele que textualiza (com)porta vestígios subjetivos daquilo que (res)soa como permanência (trans)formada. Dessa maneira, não consideramos que a *rasura* seja meramente um fato de correção de uma textualização em processo, mas, sim, um mo(vi)mento (in)tenso de inscrição *daquele que textualiza no que diz* ao (se) escrever. A subjetividade⁵ escorre no e pelo *modo como (o) diz*.

Sendo assim, estendendo a noção de *rasura*, compreendemos que a partir dela, implicado ali o funcionamento de linguagem escrita e/ou oral, parece ocorrer um acontecimento de *falta-excesso* de dizer, mediante algo que escapa àquele que diz e com o qual se estranha; mas que, no entanto, o constitui: um *estranho-familiar*, portanto. Esse estranhamento pode se acompanhar de certa angústia, impelindo-o a voltar sobre o que diz, para redizê-lo, desviá-lo, afastá-lo, expurgá-lo, suprimi-lo, eliminá-lo. Uma busca por restituir o familiar e o efeito de unidade. A *falta-excesso*, promovida pelo mo(vi)mento de *rasura*, deixa ver ali algo de singular: o sujeito (lidando com o Real⁶). Nas palavras de Pacheco (1996: 28):

⁵ Sobre essa questão, Benveniste (2005) já dizia que ele havia estudado as marcas mais evidentes da presença da subjetividade na língua; ele reconhecia, inclusive, que a subjetividade nem sempre pode ser localizada em uma marca linguística; ela pode transpirar na e pela enunciação.

⁶ Aqui fazemos menção ao que Jacques Lacan, ao formular algumas suposições acerca da natureza e da constituição psíquica do sujeito, estabeleceu como *nó borromeano*. Este se constitui a partir de três registros ou anéis (*Real*, *Simbólico* e *Imaginário*). Destacamos que o funcionamento borromeano está ancorado nessa nodulação entre os registros ou anéis. Ou seja, trata-se de um funcionamento em que um registro (ou anel) só se mantém a partir dos outros registros; desse modo, se um dos registros se soltar ou se desfizer, os outros registros também se soltam ou se desfazem. Cabe salientarmos que *Real* é o que resta de inominável, é inapreensível e inacessível; *Simbólico* é o que distingue aquilo que existe, ele está para a ordem da linguagem; e *Imaginário* é o que permite a repetibilidade, de modo a ser possível dizer que há semelhança, há Um. Dizendo de outro modo, o *Real* se relaciona com o “há [...] um gesto de corte, sem o qual não há nada que exista”; o *Simbólico* com o “há *alíngua* [lalangue], suposição sem a qual nada, e singularmente nenhuma suposição, poderia ser dita”; e o *Imaginário* com “há *semelhante* [que] [...] institui tudo o que constitui laço” (cf. MILNER, 2006, p.7. Grifos do autor e acréscimos entre colchetes nossos.). Portanto, nessa relação borromeana, não há uma hierarquia entre os registros, uma vez que um depende do outro para existir a estabilização de sentido e para que estabeleçam valor entre si.

[...] tudo isso tem um sentido que insiste em mostrar sua verdade à revelia do eu. É a verdade do sujeito, que aí surge pontualmente, como surpresa, como falta, como pensamento inconsciente pronto. Sendo que o recalçamento, o evitamento do pulsional pelo eu, representa o afastamento do sujeito enquanto tal, que pelo retorno do recalçado tem seu lugar indicado.

O acontecimento do estranhamento, da *falta-excesso*, do aparentemente contingente (se) (con)figura, a nosso ver, como algo da ordem do singular na constituição do sujeito, algo que (ir)rompe o (e)feito homogeneizante do registro do Imaginário. Em decorrência, esses acontecimentos integram o processo de constituição do sujeito, afetando o modo de subjetivação⁷ que ali se configura, de modo a singularizá-lo. Dentre esses acontecimentos, trabalhamos a resistência do Eu via uma *falta-excesso* de dizer, por meio do qual o Eu busca, insistentemente, (re)fazer o “seu” (e)feito de unidade, mas que indica sua fragmentação: a rasura.

Nesse sentido, a rasura se constitui como um espaço de tensão no qual a constituição do Eu falha, abrindo lugar para o Real (ir)romper e, por conseguinte, para que o sujeito ali se manifeste; o que nos leva a considerar que o sujeito é excêntrico em relação ao Eu, uma vez que “o lugar do sujeito é o lugar do corte, do lacunar, do evanescente, enquanto o Eu sugere uma unidade, uma organização, uma completude imaginariamente construída” (PACHECO, 1996: 44).

A rasura denuncia, portanto, uma relação estranhamente familiar do sujeito com aquilo que o constitui; *algo* se torna estranho a ele, sendo necessário lidar com esse estranho que o constitui, mas que é, por ele, tido como “exterior”. Por conseguinte, o que desencadeia a rasura (parece) se constitui(r) como um fracasso para o Eu e como espaço de irrupção do sujeito, do singular. A rasura é da ordem da letra⁸, do barramento do sentido. Um bordo que implica “afastar”, “desviar”, “expurgar”, “suprimir”, “eliminar” um sentido que aquele que textualiza, em sua leitura, antecipa naquilo que diz ao (se) enunciar e com o qual não se identifica. Desse modo, a rasura tem uma posição paradoxal: tomada entre a negatividade da

⁷ Compreendemos por “modo de subjetivação” os diferentes modos de “ser sujeito” que nossa sociedade (re)produz. Em decorrência, tomamos o termo “subjetivação” como um modo (in)tensivo de constituição e não uma personalidade. Portanto, a partir de nossa perspectiva teórica, não se nasce sujeito nem se aprende a ser sujeito, já que se trata aqui do conceito de sujeito (do inconsciente) da Psicanálise freudo-lacaniana. Se é sujeito *na e pela* linguagem (tomada como lugar de funcionamento do inconsciente).

⁸ A noção de letra a que nos pautamos se refere àquela proposta por Jacques Lacan nos textos *Lituraterra e Seminário sobre a Carta Roubada*. Em seu texto *Lituraterra*, partindo do equívoco de James Joyce ao deslizar de *a letter* para *a litter*, de letra/carta para lixo (cf. LACAN, [1971] 2003: 15), Lacan mostra que no deslizar de Joyce, marca-se a equivocidade da palavra *letter*, que tanto pode significar *letra* como pode significar *carta*. Dessa forma, como posto no *Seminário sobre a Carta Roubada* (LACAN, [1966] 1998b), a letra (com)porta o lixo que a censura psíquica (in)cessantemente busca ocultar, mas que está ali, exposto na letra como a desnudar algo do sujeito (cf. ALFERES, 2010: 56).

falta e o transbordamento do excesso. Por isso, a nosso ver, a rasura é passível de ser concebida como gesto simbólico de interdição de um dizer/sentido.

Levando em conta essas considerações, embasar-nos-emos na perspectiva teórica da Linguística da Enunciação – notadamente em trabalhos de Jacqueline Authier-Revuz (1998; 2004) – para analisarmos a relação *daquele que textualiza* com *aquilo que diz* ao escrever/falar e com *o modo como (o) diz*, vislumbrando ali o mo(vi)mento subjetivo de anotar e de rasurar, em anotações realizadas por universitários durante aulas, conferências, estudo etc. Para tanto, propor-nos-emos a responder ao seguinte questionamento: em quê o processo de anotar, assim como o de rasurar, pode refletir os efeitos do movimento da linguagem no sujeito via processo(s) enunciativo(s)?

1. DA RELAÇÃO ENTRE LINGUAGEM E SUBJETIVIDADE: DESDOBRAMENTOS ENUNCIATIVOS

De nossa parte, interessa-nos aqui pensar a relação entre *linguagem* e *subjetividade* a partir do quadro teórico da Linguística da Enunciação, considerando-se uma noção de sujeito da enunciação que se funda na noção psicanalítica do sujeito do inconsciente, conforme abordaremos no próximo tópico. Isso porque, para essa visada, o sujeito do dizer e “seu” ato enunciativo se constituem a partir do circuito de funcionamento da linguagem; ou seja, o sujeito é ali concebido como (e)feito de tal funcionamento. Por isso, para este trabalho, recorreremos a algumas considerações da linguista Jacqueline Authier-Revuz (1998; 2004), com o propósito de pensar as rasuras, presentes em textos acadêmicos, como um espaço de tensão entre *aquela que escreve* e *o que é textualizado*. Essa tensão pode permitir a emergência de um acontecimento linguageiro marcado pela *falta-excesso* de dizer, promovendo a inscrição de marcas linguísticas que (ir)rompem (n)a própria estrutura do dizer. É o caso, por exemplo, da estrutura autonímica opacificante de um dizer, estudada por Authier-Revuz (1998), a partir do que foi estabelecido como *modalização autonímica*.

Destacamos que Authier-Revuz assumiu, em sua “rota” epistemológica na linguística, a direcionalidade de “neo-estruturalista”, pois, segundo Valdir do Nascimento Flores e Marlene Teixeira (2008), tal estudiosa tomou como ponto de partida de sua investigação a “*língua como ordem própria*” (FLORES; TEIXEIRA, 2008: 73), atravessada por elementos que lhes são “exteriores”, não deixando diluir ali o objeto da linguística: a língua.

Nesse ponto, torna-se pertinente versarmos sobre o modo como a relação entre *sujeito* e *linguagem* pode ser lida no campo da Linguística da Enunciação e cujos aspectos teóricos (se) (con)figuram nos trabalhos de Authier-Revuz sob o estatuto de exterioridade teórica.

Após esses apontamentos, apresentaremos nossa leitura acerca das *heterogeneidades enunciativas* e das *modalizações autonômicas*.

1.1 A RELAÇÃO SUJEITO E LINGUAGEM NA (TEORIA DA) ENUNCIÇÃO

Não nos parece à-toa a afirmação de Magali Lopes Endruweit (2006: 106), a seguir:

[...] tratar de enunciação é tratar do sujeito. Tanto é assim que, facilmente, pode-se notar o estatuto que o sujeito tem na Teoria da Enunciação, levando a crer que estamos diante de uma teoria do sujeito. [...] (ENDRUWEIT, 2006: 106).

Dessa afirmação de Endruweit (2006: 16), destacamos: nesse ponto falamos sobre uma teoria da enunciação embasada em Émile Benveniste (2005; 2006). Portanto, sendo essa a base, é-nos relevante mencionar que Benveniste (2005; 2006) não teorizou diretamente sobre o sujeito; ele analisou as línguas, trabalhando o nível semiótico⁹ de modo a mostrar o funcionamento da língua na enunciação¹⁰, concebendo o “eu” (*ego*) enquanto representação linguística de uma entidade.

Nessa perspectiva, em Benveniste (2005; 2006), o sujeito não é o sujeito psicologizante ou o sujeito cognoscente e também não é o sujeito do *inconsciente*, teorizado na Psicanálise. O sujeito, na Linguística da Enunciação, é concebido como aquele que se projeta na língua na presente instância enunciativa, sendo, portanto, uma representação.

É notório que Benveniste (2005), em *Da subjetividade da linguagem*, nos mostrou a aproximação entre homem e linguagem, bem como nos alertou sobre a desconfiança que se deve ter quando se compara a linguagem a um instrumento:

na realidade, *a comparação da linguagem com um instrumento*, e é preciso realmente que seja com um instrumento material para que a comparação seja pelo menos inteligível, *deve encher-nos de desconfiança, como toda noção simplista a respeito da linguagem. Falar de instrumento, é pôr em oposição o homem e a natureza. A picareta, a flecha, a roda não estão na natureza. São fabricações. A língua está na natureza do homem, que não a fabricou. Inclínamo-nos sempre para a imaginação ingênua de um período original, em que um homem completo descobriria um semelhante igualmente completo e, entre eles, pouco a pouco se elaboraria a linguagem. Isso é pura ficção. Não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a. Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem.* (BENVENISTE, 2005: 285. Grifos nossos)

⁹ Estudo do signo em si.

¹⁰ Nível semântico, do sentido e da significação: estudo do signo convertido em discurso via enunciação.

Isso nos mostra que é *na* e *pela* linguagem que o homem se torna sujeito. Assim sendo, o sujeito aqui não deve ser tomado como entidade, com substância, corpo, carne, osso etc. Trata-se de um sujeito que pode ser vislumbrado por meio do(s) enunciado(s) porque é representado *na* e *pela* materialidade enunciativa, é um sujeito enquanto marca *do* e *no* processo enunciativo e, portanto, uma representação do projetar-se na língua (cf. ALFERES, 2010: 45). Ademais, o trecho do texto *Da subjetividade na linguagem* (BENVENISTE, 2005: 285) nos mostra que a comunicação não é a função central da linguagem em Benveniste. De nossa parte, a comunicação é apenas um efeito pragmático do fato de que o homem fala. Portanto, sob esse prisma, “[c]omunicar é inerente ao homem na medida em que a linguagem o constitui, dotando-o da capacidade de se propor como sujeito [...]” (ENDRUWEIT, 2006: 114). Outra questão a ser observada a partir desse rico trecho de Benveniste (2005: 285) é a de que pensar ser o homem o fabricante da linguagem “é pura ficção”. Em se tratando da linguagem, não existe *homo faber*. Entretanto, falar sobre essas questões não nos responde outras que nos pululam, como, por exemplo: Em que medida é possível afirmarmos que a linguagem constitui o homem? Por que se pode afirmar que o homem se torna sujeito *na* e *pela* linguagem? Em quê esses questionamentos se relacionam com a teoria da enunciação?

Nas palavras de Valdir do Nascimento Flores [et al.] (2008: 26), “[...] o sujeito, independentemente da configuração que tenha, transcende os quadros da Lingüística; para estudá-lo, é necessário convocar exteriores teóricos à Lingüística”. Assim sendo, como mencionamos anteriormente, de nossa perspectiva, assumimos uma concepção de sujeito da enunciação fundada na noção psicanalítica de sujeito do inconsciente. Isso implica dizer que o sujeito da enunciação é concebido como estruturalmente cindido, pela via da castração simbólica¹¹. Ou seja, em sua estruturação, o sujeito é instigado a procurar por aquilo que perdeu (que se configura como falta Real), isto é, a sua condição de “puro vivo”. Como “puro vivo”, tal qual um animal, não necessitaria fazer escolhas subjetivas; simplesmente seguiria as leis naturais e biológicas de sobrevivência.

Dizer, porém, que o animal, “puro vivo”, não faz escolhas subjetivas não é suficiente para explicar a diferença entre o humano e o animal. O humano se relaciona com significantes, e não com as coisas, e sua relação com o objeto é sempre recortada (parcial).

¹¹ Isto é, o sujeito é barrado via corte Simbólico de modo a saber, pela via de um saber que não se sabe, que *não pode tudo* e que *tudo não sabe* acerca dos seres e das coisas. Trata-se da falta Real. Essa falta impossibilita que o sujeito tenha acesso ao Real. É essa barra Simbólica que separa o homem dos demais animais, porque o Simbólico (linguagem) incidiu sobre o corpo (humano) e, desde então, o homem está “fadado” a interpretar, a significar, a atribuir sentido às coisas.

Essa é a especificidade do humano: o sujeito é (e)feito de linguagem, ou seja, o sujeito é constituído por meio de sua relação com o Outro (cultura, sociedade, linguagem etc.). Por seu caráter constitutivo de separação (falta), o sujeito não sabe tudo de si; não é senhor de sua morada, a saber: a linguagem¹².

É por meio da linguagem que o sujeito é (constantemente) simbolizado e, com isso, um significante compreendido como “*um* de significação” para se referir ao sujeito inexistente. Isto é, devido ao fato de o significante se sustentar na relação com outro significante, se for levada em conta a natureza fugidia e rebelde da linguagem, não é possível um significante atingir a si mesmo. Este é o Real da língua: não se sai da língua para dizer sobre ela.

É possível dizer, portanto, conforme destacou Sylvain Aurox (1998: 270. Grifos do autor) que:

[...] a barra que separa as duas faces do signo faz retorno de alguma maneira no sujeito, *sujeito barrado por seu desejo* [...]. A divisão do sujeito é então mais o produto da ação do significante, quer dizer, um efeito da estrutura do inconsciente do *desejo como falta em ser*, do que o resultado do conflito entre os desejos contrários. O trabalho metafórico e metonímico do significante no desejo faz com que a divisão do sujeito, tomada na linguagem, venha se sobrepor àquela que resulta de sua posição na pulsão sexual, tal como Freud havia analisado. Se o destino do sujeito se representa na repetição do fracasso de seu desejo, o reconhecimento da primazia do significante implica então ir buscar as leis dessa repetição em uma ordem simbólica anterior e heterogênea à atividade do sujeito.

Nessa medida, compreendemos que as condições de deslizamento significante, em termos de funcionamento de língua, se estabelecem a partir dos próprios elementos do sistema e não do “bloco do sistema” (SAUSSURE, [1916] 2006: 102), já que “nenhum dos termos [...] tem valor por si mesmo ou remete a uma realidade substancial; cada um deles adquire o seu valor pelo fato de que se opõe ao outro” (BENVENISTE, 2005: 43). E é exatamente nessa direção que Lacan ([1957]1998a) vai definir a noção de que o sentido e o sujeito insistem na cadeia significante. Isso porque os mecanismos de funcionamento do inconsciente demonstraram profunda correspondência com o funcionamento da língua.

Assim, especificamente nessa fase, Lacan ([1957]1998a), segundo Leite (2010), apresentou a relevância da dimensão do funcionamento significante para o estudo dos mecanismos de funcionamento do inconsciente, pois, se por um lado, o significante só pode “operar por estar presente no sujeito” (LACAN, [1957]1998a: 508) – *operação de recalque* –,

¹² O sujeito está em uma relação aparentemente paradoxal com a língua e a linguagem. Relação essa que se dá pela via de o sujeito “ser senhor não sendo”. Isso implica dizer que ao sujeito é concedida certa “liberdade” para agenciar as possibilidades de ordenação dos signos do sistema linguístico; entretanto, é necessário seguir o princípio de ordenação da língua, o qual é inapreensível e social. Dizendo de outro modo, não há como o sujeito se furtar ao sistema; só se enuncia a partir desse sistema (cf. SAUSSURE: [1916] 2006).

por outro, a linguagem é condição do inconsciente. Em Joel Dor (1996: 267), é possível perceber essa vertente de concepção lacaniana sobre a relação entre *linguagem e inconsciente*, a saber:

Inconsciente e linguagem tornam-se solidariamente articulados, de tal modo que, se o inconsciente é uma “diz-mansão” que se institui no terreno do significante recalcado, a linguagem não pode deixar de aparecer como a condição mesma do inconsciente.

Em decorrência disso, como percebemos a partir das palavras de Auroux (1998), a relação entre *linguagem e inconsciente* implica, para a situação analítica, a necessidade de se focar os possíveis efeitos que a linguagem do desejo pode produzir para o sujeito. Com isso, a leitura de Auroux (1998) nos permite pensar que a abordagem empreendida pela Psicanálise freudo-lacaniana acerca do estatuto da linguagem abre espaço para a concepção de uma subjetividade não-subjetiva, em que a dimensão egoica do sujeito parece fracassar. Vejamos, textualmente, as considerações do próprio autor que ancoram as observações que fizemos há pouco:

[...] o debate sobre a linguagem pode ser esclarecido pela psicanálise na medida em que esta busca circunscrever o domínio de simbolização no interior do qual o falar humano é subvertido pelo desejo: o desejo marca, ao mesmo tempo, o fracasso da fala e sua própria impossibilidade de falar de seu objeto. (AUROUX, 1998: 262)

Ainda para Auroux (1998), no que se refere à situação analítica e ao que, se existir, poderia ser chamado de “materialidade” do inconsciente,

[...] o *dizer* do paciente basta para mostrar que a estrutura do inconsciente deve ser buscada no campo da fala. Lacan defenderá, nesta perspectiva, a equivalência entre os mecanismos inconscientes da condensação e do deslocamento no sonho e as formas lingüísticas da metáfora e da metonímia [...]. Mas dizer que o inconsciente é estruturado *como uma* linguagem significa de início que o inconsciente não é *a* linguagem, mas o que permite fundá-la. (AUROUX, 1998: 262-263. Grifos do autor)

Ao contemplarmos a densidade da perspectiva teórica de que a linguagem preexiste ao sujeito, bem como de que só se é sujeito *na* e *pela* linguagem, é possível notar que a relação entre sujeito do conhecimento (cartesiano ou cognoscente) e objeto do mundo é marcada pelo intermédio da formalização significante. Dessa forma, o acesso ao objeto pelo sujeito jamais se embasa em uma relação imediata. Essa questão é retomada por Lacan, com a finalidade de

propor a ideia de que esse sistema de formalização é estruturalmente perturbado pela dimensão resistente do Real.

Sob essa óptica, levando às últimas consequências esse traço do Real que põe (e se impõe) como *resistência*, percebemos que advém daí a constituição de uma falta estrutural, a qual define, por sua vez, a constituição de um sistema simbólico que sustém a produção de um resíduo. Por isso, *há* algo que não se integraliza ao Simbólico. Aqui, é pertinente destacar que, em 1957, Lacan já deixou transparecer essa dimensão de resistência do Real, a partir da noção de que *há* algo resistindo à significação. Inclusive, compreendemos que o próprio mo(vi)mento do significante na cadeia (seja pela via metonímica seja via metafórica) nos remete a esse *algo* como falta. Portanto, a nosso ver, essa demanda residual inscreve, na própria cadeia, o efeito de mo(vi)mento (in)cessante do significante. Tomemos, por base, as próprias palavras de Lacan ([1957]1998a) que nos possibilitaram precisar nossa leitura, a saber:

a estrutura metonímica, indicando que é a conexão do significante com o significante que permite a elisão mediante a qual o significante instala a falta do ser na relação de objeto, servindo-se do valor de envio da significação para investi-la com o desejo visando essa falta que ele sustenta [...] A estrutura metafórica, que indica que é na substituição do significante pelo significante que se produz um efeito de significação que é de poesia ou criação, ou, em outras palavras, do advento da significação em questão [...]. (LACAN, [1957]1998a: 519).

Esse mo(vi)mento (in)cessante do significante na cadeia simbólica é tomado como uma *forma contingente* de o Real se apresentar ao sujeito, visto que, sob o eixo metonímico, esse *algo* que se inscreveu via Simbólico é suscetível de se presentificar de outro modo na cadeia em outra posição significante. As reflexões de Jean-Claude Milner ([1983]2006) sobre essa faceta contingente do Real encontraram especificação a partir da atribuição de Real como o “indistinto e o disperso como tais” (MILNER, [1983]2006: 9).

A passagem simbólica do sujeito à existência, conforme argumento da Psicanálise freudo-lacanianana, implica pensar na perspectiva de que *algo* jamais será encarnado materialmente como significante. Mais: o Real comparece como *irrepresentável* e *impossível* nesse mo(vi)mento de designação da existência, o que, de acordo com Milner ([1983]2006: 9), nos possibilita compreender o Real como “o fora-de-espaco do qual certas topologias constituem metáfora, como o fora-de-tempo de que o instante marca data, como o fora-de-acontecimento que o puro encontro realiza”.

A partir disso, cumpre-nos destacar que as noções de Real e de realidade não se recobrem, pois, em virtude da permanência daquilo que resiste à simbolização, o sujeito

fabrica, via relação fantasmática, uma *realidade* bastante particular. É possível entender, portanto, segundo as teorizações lacanianas, que o Real parece se especificar pela *existência* de que *há*, enquanto a realidade se constitui com base na figuração dessa existência. Em Milner ([1983]2006: 8), observamos a retomada sobre essa questão, a saber:

pela simples reiteração e combinação dos procedimentos acessíveis, os todos cuja existência supomos poderão assim estar ligados uns aos outros num tecido de semelhante e de dessemelhante, que podemos da mesma forma constituir como todo do representável: o que nomeamos realidade.

Disso resulta, no caso específico das teorizações de Authier-Revuz (1998; 2004), a elaboração de um trabalho de problematização que visa a mostrar a perspectiva de que (re)formulação linguageira pelo sujeito se institui a partir de certos processos significantes deflagradores da *ilusão de subjetividade*. Assim, conforme teorizou a referida autora, as rupturas *na* e *da* cadeia significativa, provocadas ora pelo excesso ora pela falta de dizer, são suturadas pelo sujeito, de acordo com os sentidos que o constituem, com o intuito de que o efeito de unicidade seja garantido em termos do Imaginário.

Portanto, o ato de enunciação é concebido, sob a perspectiva teórica de Authier-Revuz, como uma instância de produção de sentidos que não se reduz ao encadeamento da materialidade linguística. Uma *instância enunciativa* que nos permite recortar aspectos identificadores da equivocidade estabelecida entre o *enunciável* e o *significável* – o sujeito (de linguagem e não o sujeito falante em si) não detém o controle estratégico e intencional do “seu” dizer. Em realidade, o funcionamento dessa equivocidade assegura o *transbordamento do sentido* em relação ao enunciável, pois o sujeito é fortemente excedido pelo significável.

Feitas essas considerações sobre o sujeito da enunciação, passemos, no próximo tópico, a mobilizar alguns apontamentos das teorizações de Authier-Revuz (1998; 2004) acerca das heterogeneidades enunciativas e das modalizações autonômicas, pertinentes ao nosso estudo acerca das rasuras em textos acadêmicos.

1.2 CONTRIBUIÇÕES DE AUTHIER-REVUZ

A abordagem de Jacqueline Authier-Revuz (1998; 2004) destinada à explicação de fatos de língua que tocam os campos de rupturas, de deslizos, de desvios, expressos pela referida autora sob o horizonte fundante das *heterogeneidades enunciativas*, permite o entendimento de que a incidência de “pedaços” de não-um, localizáveis no próprio fio

enunciativo e não em outro lugar, se efetiva a partir das próprias lacunas que constituem o sujeito e o sentido.

Com base na abordagem de Flores e Teixeira (2008), notamos que a perspectiva que é apreendida sobre o termo *heterogeneidade* se prende ao domínio em que a enunciação é duplamente marcada pelo *não-um*, em função justamente da heterogeneidade teórica que a afeta. Essa dupla inscrição de *não-um* nos permite “considerar a reflexividade opacificante da modalidade autonímica tanto no plano da língua, sob o ângulo da linearidade do dizer, como no plano do discurso, sob o ângulo do que ela diz ao sujeito do dizer” (FLORES; TEIXEIRA, 2008: 74).

Assim, no tecido enunciativo das textualizações acadêmicas que constituem o foco deste trabalho, parece ser possível pensar em uma tentativa de o sujeito construir uma unidade de “seu” dizer por meio de mecanismos como: supressão (quando se apaga ou se risca *algo* dito), adição (quando *algo* é acrescido ao escrito), substituição (quando se troca por outro *algo* escrito), deslocamento (quando se muda a posição de *algo* escrito) e reformulação (quando se rediz *algo* escrito de um outro modo). A partir disso, ser-nos-á possível mostrar, com base nos próprios fenômenos linguísticos, a irrupção de ressonâncias que advém do “lugar do outro”.

A noção de Outro, conforme já mencionamos no tópico anterior, permeia a proposição teórica de Lacan, sendo o Outro figurado como “um espaço aberto de significantes que o sujeito encontra desde seu ingresso no mundo” (ANDRÈS, 1996: 385). Também Flores e Teixeira (2008: 76), em consonância com as postulações de Lacan, destacaram que o propósito de tal abordagem lacaniana era

[...] mostrar que, além das representações do eu, especulares ou imaginárias, o sujeito é determinado por uma ordem simbólica – o significante, a lei, a linguagem, o inconsciente – designada como “lugar do outro” e perfeitamente distinta do que é do âmbito de uma relação com o parceiro Imaginário o “outro”.

Portanto, a ruptura da linearidade do dizer do sujeito em relação ao Outro e aos desvios dos outros, o que fomenta a imprevisibilidade do sentido e que não cessa de se mostrar, possibilita a emergência de heterogeneidades nos processos enunciativos. Eis, textualmente, a explicação de Authier-Revuz (2004: 69)

[...] todo discurso se mostra constitutivamente atravessado pelos ‘outros discursos’ e pelo ‘discurso do Outro’. O outro não é um objeto (exterior, do qual se fala), mas uma condição (constitutiva, para que se fale) do discurso de um sujeito falante que não é fonte-primeira desse discurso.

Os modos de organização das heterogeneidades enunciativas na manifestação discursiva, segundo ela, envolvem duas maneiras: a *heterogeneidade mostrada* e a *heterogeneidade constitutiva*. A primeira pode ser descrita com o auxílio de elementos indicadores da presença dos outros sobreditos, seja por formas marcadas, seja por formas recuperáveis, que se inscrevem diretamente na linearidade do dizer – discurso direto, discurso indireto, aspas, glosas, etc. – delimitando o “caráter explícito, acessível à análise Linguística” (AUTHIER-REVUZ, 2004: 16). Para tal autora, as diversas formas marcadas da heterogeneidade mostrada conferem ao fragmento marcado um *estatuto outro* em relação ao resto do dizer, para quem a alteridade toma valores específicos.

A segunda refere-se a uma abordagem não Linguística do “jogo com o outro”, pois o processo de alteridade está aí diluído por uma espécie de “horizonte fora do alcance do linguístico” (AUTHIER-REVUZ, 2004: 21), embora saibamos que essa diluição, atestada pelo dialogismo, é uma condição própria da natureza da linguagem. Por isso, Authier-Revuz delinea que a heterogeneidade constitutiva é *do* discurso e que as formas da heterogeneidade mostrada se inscrevem *no* discurso. A consideração da heterogeneidade constitutiva do sujeito e de seu discurso foi embasada, nos estudos da autora, em duas vertentes teóricas exteriores à Linguística, a saber: o dialogismo de Bakhtin e a teoria psicanalítica (a releitura de Freud feita por Lacan). Teixeira (2005: 145. Grifos da autora) afirmou que:

[...] de Bakhtin, a autora toma basicamente as reflexões sobre o princípio do dialogismo, focalizando, de modo, especial, o lugar que o autor confere ao outro no discurso; na psicanálise, interessa-lhe a abordagem em torno de um sujeito produzido pela linguagem, estruturalmente clivado pelo inconsciente [...]

Cumprе enfatizar que o apelo a esses exteriores se prende em bases teóricas diferentes: na *perspectiva dialógica*, o outro não é “nem duplo de um frente a frente, nem mesmo o ‘diferente’, mas um outro que atravessa constitutivamente o um” (AUTHIER, 2004: 25), isto é, “a noção de outro recobre os outros discursos constitutivos do discurso” (FLORES; TEIXEIRA, 2008: 75–76); na óptica *freudo-lacanianiana*, o outro é o “grande Outro” (ordem do nível dos significantes e do desejo pelos significantes), que, por sua vez, justifica a premissa de que o sujeito não é o agente da linguagem e, sim, o (e)feito (segundo ponderações arroladas anteriormente).

Assim, em ambas vertentes, o que é considerado como interseção é o questionamento radical da “imagem de um locutor, fonte consciente de um sentido que ele traduz nas palavras

de uma língua, e a própria noção de língua como instrumento de comunicação ou como ato que se realiza no quadro de trocas verbais” (TEIXEIRA, 2005: 145-146).

Ainda, por Authier-Revuz, o sujeito não pode ser tomado pelo que diz (representação ilusória que ele dá de sua enunciação) e, sim, *no* que diz por meio da linearidade de uma cadeia, marcada por rupturas (“falhas”); que a heterogeneidade mostrada permite avistar, não de modo nítido e direto, o atravessamento dos “outros discursos” e do “discurso do Outro”; que a heterogeneidade mostrada não pode ser abordada como o reflexo, no discurso, da heterogeneidade constitutiva, embora elas sejam articuláveis. Teixeira (2005: 152–153. Grifos da autora), corroborando o quadro referencial das heterogeneidades proposto por Authier-Revuz, expõe que:

[...] as formas da heterogeneidade mostrada representam uma negociação obrigatória do sujeito com essa heterogeneidade que o constitui e que ele tem necessidade de desconhecer. Essa negociação assume a forma de uma denegação – no sentido Freudiano – na qual *a emergência pontual do não-um é mostrada e ao mesmo tempo obturada.*

A partir daí é possível precisar que a heterogeneidade mostrada permite pôr, no campo da enunciação, a marca dos fatos de língua, que as indicam como tal, pelo seu caráter heterogêneo e, em concomitância, permite também preservar a ilusão necessária do um. Porém, com o estabelecimento da inevitável emergência do *não-um*, notamos que há pontos vulneráveis em que se instaura o efeito opacificante (não-coincidências/heterogeneidades) da representação do dizer. Cabe ressaltar que essa “falha” que se inscreve no fio do dizer como *não-um* constitutivo do *um* não é específico da heterogeneidade mostrada, sendo também “da ordem do irrepresentável, que se ‘mostra’ no plano enunciativo em pontos de ‘alteração’ do dizer” (FLORES; TEIXEIRA, 2008: 84).

Desse modo, Authier-Revuz (1998: 26) evidenciou que “as palavras que dizemos não falam *por si*, mas pelo... ‘Outro’: Outro que abre o discurso sobre sua exterioridade interdiscursiva interna”, ou seja, “a enunciação sobre a não-coincidência consigo mesmo do sujeito dividido, dessa enunciação.”. Assim, a reflexividade opacificante se dá por meio de uma tensão entre o *um* e o *não-um* na enunciação, “como um modo da **costura aparente**, que ressalta em um mesmo movimento a falha da não-coincidência enunciativa [...] e sua sutura metaenunciativa [...]” (AUTHIER-REVUZ, 1998: 27. Grifos da autora).

A partir disso, estudando os comentários metaenunciativos de modo a pensar no “**que eles dizem** ao sujeito do dizer” (AUTHIER-REVUZ, 1998: 20. Grifos da autora), a autora em

questão estabeleceu os quatro campos de heterogeneidade/não-coincidência que atravessam o dizer, a saber:

- a) não-coincidência **interlocutiva** entre os dois co-enunciadores;
- b) não-coincidência **do discurso consigo mesmo**, afetado pela presença em si de outros discursos;
- c) não-coincidência **entre as palavras e as coisas**;
- d) não-coincidência **das palavras consigo mesmas**, afetadas por outros sentidos, por outras palavras, pelo jogo da polissemia, da homonímia, etc. (AUTHIER-REVUZ, 1998: 20-21. Grifos da autora)

Essas não-coincidências/heterogeneidades teriam as seguintes características¹³:

a) **interlocutiva** – relação comunicativa fundamental entre dois sujeitos a fim de 1) restabelecer o um da co-enunciação onde parece comprometido, com comentários do tipo *Com uma pitada de licença poética, digamos amineiradamentecantando “Hummmm eu tô cuma vontádi di pão di quêju... Ô trem bão, sô... Não há quem coréti essa minha vontádi”* ou 2) desestabilizar o sentido de modo a mostrar/marcas o não-um da co-enunciação, como, por exemplo, *O meu pessoal vai bem. Como você gosta de dizer, “pessoal”. Eu prefiro “família” a “pessoal”, mas se você assim prefere.*

b) **do discurso consigo mesmo** – leva em consideração o fato de que o discurso se constitui por outros discursos (já-ditos) e, portanto, é habitado “pelo discurso outro” (AUTHIER-REVUZ, 1998: 22). Seria uma palavra estranha entre as palavras daquele que enuncia, demarcando a “fronteira interior/exterior”, algo bastante comum em citações, em explicações sobre alguma palavra que tenha ambiguidade em seu funcionamento etc., como, por exemplo, *Você é fofinha. Não no sentido de gordinha, mas no sentido de ser meiguinha.*

c) **entre as palavras e as coisas** – relacionada às perspectivas: saussuriana (de um “sistema acabado de unidades discretas” que possibilitam a continuidade de nomeação) e lacaniana (“do real como radicalmente heterogêneo à ordem simbólica”, da falta constitutiva, do furo no simbólico). Essa não-coincidência se apresenta em três tipos de figura: 1) coincidência do enunciador com seu dizer ou coincidência da palavra com a coisa, figurando o **Um realizado**: *Folgado! E eu digo melhor: Relaxado!!!*; 2) busca por uma adequação vocabular, **adequação visada** “entre o dizer e o não dizer” ou em nomeação “entre duas palavras”: *Eu não diria bonito, mas quase...;* 3) **falta** de nomeação que apresentam uma imperfeição: *Cuidadoso, entre aspas, se se pode dizer. Eu diria cuidadoso, ou antes cauteloso?*

¹³ Os exemplos são nossos.

d) **das palavras consigo mesmas** – relaciona-se ao equívoco do dizer, à *Lalangue*¹⁴ lacaniana. Essa não-coincidência também se subdivide, no caso, em quatro figuras: 1) respostas de fixação de **um** sentido: *Quero um tempo, não no sentido de término*; 2) figuras do dizer alterado pelo encontro com o não-um: *Eu falhei dizendo que você não sabe chegar a lugar algum sem perguntar antes a um transeunte*; 3) o sentido estendido no não-um: *Enrascada, também no sentido de cilada, no sentido de emboscada e no sentido de cilada, nos dois sentidos, e em todos os sentidos da palavra*; 4) o dizer reafirmado pelo não-um, frequentemente imprevisto, do sentido: *Alicerçado, esta é a palavra!* (cf. AUTHIER-REVUZ, 1998: 22-25)

Assim sendo, ao teorizar sobre a “reflexividade metaenunciativa”¹⁵ – a ‘modalização autonômica’ da enunciação atravessada por sua auto-representação opacificante¹⁶, (AUTHIER-REVUZ, 1998: 14), Authier-Revuz visava a analisar as formas de “auto-representação do dizer” pensando a língua e seus “exteriores teóricos, relativos à questão do **sujeito** e de sua relação com a linguagem” (AUTHIER-REVUZ, 1998: 16. Grifo da autora). Sob essa perspectiva, conforme já mencionamos, o sujeito ao qual essa autora se refere não é o “sujeito-origem” (cognoscente), mas, sim, o “sujeito-efeito” de linguagem (inconsciente), pois Authier-Revuz se apóia “em exteriores teóricos que destituem o sujeito do domínio de seu dizer” (AUTHIER-REVUZ, 1998: 17), de modo que o dizer não pode ser tomado como transparente ao enunciador. O dizer escapa, é irrepresentável, não é “um reflexo direto do real do processo enunciativo” (AUTHIER-REVUZ, 1998: 17).

Pensando nas formas de modalização autonômica (doravante M. A.), a autora delimitou seis tipos, a saber:

1) formas explicitamente metaenunciativas “completas”, comportando um *eu digo X* [...]; 2) formas explicitamente metaenunciativas que implicam um *eu digo X*, subordinadas e sintagmas circunstanciais, posições [...]; 3) formas explicitamente metalingüísticas, com um autônomo X’ ou Y’ [...]; 4) formas sem elemento autônomo, ou sem elemento metalingüístico unívoco [...]; 5) sinais tipográficos (aspas, itálico) e de entonação, com um estudo crítico dos trabalhos consagrados às aspas, levando a caracterizá-las como “arquiformas” da M. A.; 6) formas puramente interpretativas (alusões, discurso indireto livre, jogo de palavras não marcado) que abrem para “a heterogeneidade constitutiva”. (AUTHIER-REVUZ, 1998: 19. Grifos da autora)

¹⁴ O avesso da língua, o real da língua.

¹⁵ Nessa reflexividade, a enunciação “desdobra-se como um comentário de si mesma” (AUTHIER-REVUZ, 1998: 14).

¹⁶ Opacificante, pois há a não-coincidência do dizer. O dizer é não-todo, não-um, dado que não há uma relação direta entre palavra e coisa, entre linguagem e mundo, conforme já mencionamos no tópico 1.1.. Essa relação direta só é passível de ocorrer, ilusoriamente, a partir dos efeitos do campo do registro do Imaginário, pois na linguagem há um limite (o real da língua, a *Lalangue* lacaniana).

Por meio das considerações de Authier-Revuz (1998), é possível dizer que a modalização seja a condição própria da linguagem, uma vez que todo enunciado se modaliza de alguma forma, mesmo que seja de modo mais ou menos explícito. Ademais, como vimos destacando, a *heterogeneidade enunciativa* é fundante e constitutiva do dizer, sendo-a passível de receber textualidade *no* e *pelo* próprio fio enunciativo.

De posse do marco teórico de tais formalizações, cabe ressaltar que a M. A. se apresenta linguisticamente de modo a evidenciar o signo referindo-se a si mesmo, como em uma metaenunciação. Por meio do estudo das M.A., Authier-Revuz (1998) produziu uma leitura que buscou evidenciar possíveis traços do modo como *aquele que fala ou escreve* se relaciona com *aquilo que diz ou escreve* no processo enunciativo. É pela via da M. A. que ocorre, por exemplo, a tentativa de o sujeito manter o *um* do sentido, o qual está para a ordem do Imaginário lacaniano (ilusão necessária para a continuidade de qualquer produção do sujeito).

Em decorrência dos atravessamentos de exteriores teóricos ao campo da Linguística, de acordo com a especificidade dos trabalhos de Authier-Revuz, percebemos que esse campo passa a ter e a dar subsídios para não mais considerar o sujeito como fonte do dizer, como controlador do dizer. Não há como escapar ao *Outro* ou ao *outro* do e no discurso. Esse Outro que afeta a enunciação é da ordem do radical, do real:

na recusa ou, ao contrário, em uma espécie de permeabilidade total à realidade da linguagem – a heterogeneidade constitutiva – o sujeito desaparece para deixar o lugar a um discurso que, liberado do outro ou invadido por ele, de qualquer maneira, não lhe dá “um lugar”. (AUTHIER-REVUZ, 2004: 78)

Até aqui, portanto, vimos contemplando as discussões conceituais produzidas por Authier-Revuz, com a finalidade de propormos a ideia de que a *rasura* em textos acadêmicos pode ser abordada como um fenômeno enunciativo complexo em que a heterogeneidade constitutiva ao sujeito que escreve parece se evidenciar. Sendo assim, via *rasura*, entendemos que algo da singularidade do sujeito emerge na enunciação, a qual, por sua vez, se mostra também singular, estando aí implicada a sua heterogeneidade.

Tomando como referência os apontamentos de Émile Benveniste (2006: 82), os quais ganham contornos teóricos na teoria de Authier-Revuz, podemos dizer que “A enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização. [...] É preciso ter cuidado com a condição específica da enunciação: é o ato mesmo de produzir um enunciado [...]”. Desse modo, dado seu caráter de realização individual, ainda de acordo com Benveniste

(2006: 84. Grifo do autor), “[...] a enunciação pode se definir, em relação à língua, como um processo de *apropriação*. [...]”.

Ressaltamos que “colocar em funcionamento a língua”, por meio de um “ato individual de utilização”, não subtrai o caráter geral da língua. Ao contrário, sob essa perspectiva, cada ato enunciativo, concomitantemente, comporta o geral (o sistema, as regras da língua) e o específico (forma que o sujeito agencia e se apropria da língua, de modo a colocá-la em funcionamento). De acordo com Flores (2008: 260), “[...] é universal que todas as línguas tenham dispositivos que permitam sua utilização singular pelos sujeitos; é particular a configuração desses sistemas e o uso que os sujeitos fazem deles.”. Portanto, sob essa óptica, notamos que a enunciação seria a “generalidade do específico” no processo de “dar direção ao sentido” (cf. FLORES, 2008: 260).

Desse modo, compreendemos que, no mo(vi)mento de textualização, se constitui uma tensão, via heterogeneidade enunciativa, entre o *repetível* e o *irrepetível* naquilo que o funcionamento vertical da materialidade linguística permite. No que tange à língua, partindo da Linguística da Enunciação benvenistiana, essa tensão pode ser por nós articulada a partir da relação entre *discurso* e *fala*, sendo: 1) o *discurso* aquilo que está organizado e estabilizado socialmente, o que é da ordem do repetível e qualquer homem poderá reproduzir socialmente, desde que ocupe uma posição específica na estrutura discursiva; e 2) a *fala* o que irrompe a organização, desestabilizando o socialmente estabilizado, o que é da ordem do irrepetível, inefável, intangível. A partir disso, é possível destacarmos que *discurso* e *fala* estão em uma relação (in)tensa de reciprocidade, de modo a evidenciar a emergência do irrepetível *no e pelo* repetível.

A seguir, passamos às considerações analíticas deste trabalho.

2. PENSANDO A SUBJETIVIDADE: O SUJEITO NAS TRILHAS DA TEXTUALIZAÇÃO ACADÊMICA

Levando em conta a linha de reflexão assumida neste trabalho, ressaltamos que a rasura implica uma relação entre *o que se diz* ao escrever e *o que se lê*, dado o gesto de leitura daquele que (se) textualiza sobre o que foi enunciado. Desse modo, entendemos que a rasura pode (se) (con)figurar como uma oportunidade de (entre)ver o mo(vi)mento daquele que escreve sob a tensão da censura (relativa à sua constituição psíquica) e daquilo que surge com a escrita; a tensão que constitui a prática de escrever o diferente (aquilo que está para a ordem do irrepetível, portanto, a fala). Uma espécie de marca da relação singular que o escrevente estabelece com o texto que produz e o mal-estar que a rasura impõe ao leitor, uma vez que dá

visibilidade à fragmentação do Eu, revelando um trabalho sobre a escrita, na tentativa de fazer um: de estabelecer o Um do sentido, o Um do sujeito da enunciação.

Sendo assim, no que diz respeito à prática acadêmica de textualização, notamos que esse espaço específico se apresenta como um lugar privilegiado para pensarmos a relação do sujeito com sua língua materna, de modo a colocar em xeque a vulgata corrente de que a língua materna seja algo externo ao sujeito. Ao contrário, essa prática acadêmica nos permite vislumbrar os possíveis efeitos do mo(vi)mento da linguagem no sujeito, acirrando a perspectiva de que só se constitui como sujeito *na e pela* linguagem. Ademais, vale dizer que a prática acadêmica favorece a tomada de nota, seja para se concentrar quando se assiste a uma aula/conferência/palestra, seja para preparar uma exposição ou ainda na leitura de documentos úteis ao trabalho de pesquisa/aprendizagem.

Por isso, partimos do princípio de que o estudo da rasura nas textualizações acadêmicas, pela via de anotações (tomada de nota), pode abrir espaço para pensarmos a relação entre *sujeito* e sua *constituição de linguagem*. Isso porque, no mo(vi)mento de anotação, a textualização se estabelece a partir de um processo de reverberação: de aspectos do que foi dito pelo professor (conferencista, palestrante etc.); de trechos referenciados em diferentes situações acadêmicas (apresentação de *slides*, de lâminas, escritos no quadro etc.), bem como de elementos que se constituíram a partir da implicação subjetiva daquele que (se) textualiza.

Desse modo, a prática de anotação implica a reformulação sintética daquilo que é dito, ou melhor, daquilo que se compreende daquilo que é dito pelo professor. Ou melhor dizendo, daquilo que se supõe ter sido dito pelo professor. Nesse sentido, as anotações podem ser consideradas como uma espécie de “transcrição” – implicando dois mo(vi)mentos de tensão contraditória: da “decifração” e da “cifração” (cf. FLORES, 2006) –, uma vez que a “transcrição” passa por um sujeito estruturalmente cindido. O anotante cifra ao decifrar o (suposto) dizer do professor, o que significa imprimir algo de sua singularidade na “transcrição”/anotação.

A prática de anotações é diferente em cada espaço e também em relação a cada anotante. Quando se toma nota a partir de um texto escrito, pode-se eventualmente reler partes do texto consideradas difíceis e tomar o tempo para anotar. No entanto, a tomada de nota a partir da oralidade não permite retomar a partes já-ditas. Nas tomadas de nota, o texto produzido pelo professor (conferencista, palestrante etc.), ao ser “apropriado” pelo anotante, é estruturado de forma híbrida, comportando o escrito no quadro (apresentação de *slides*, de lâminas etc.) e o dito oralmente, assim como associações do anotante.

Citemos um caso emblemático, ocorrido em uma reunião de estudos acadêmicos, destinada a se assistir ao filme “Mistérios do Passado”. Nessa reunião, ocorrida em 04 de março de 2008, o professor solicitou aos alunos a redação de um texto do tipo resenha, de modo a relacionar a temática do filme com o que estavam discutindo em grupo. Ao circunstanciar a tarefa, o professor mencionou o título do filme, “Mistérios do Passado”, e um dos alunos anotou em seu caderno da seguinte forma:

(1) Filme: Mistérios ~~de uma paixão~~. do passado¹⁷.

Há nessa anotação uma visível intervenção de associações singulares do anotante, às quais não é de nosso interesse desvendar (e talvez isto nem seja possível: afinal, trata-se de algo da verdade do sujeito). O nosso interesse é mostrar que naquilo que o anotante anota não há garantia alguma de que aquilo que foi dito pelo professor é o que está ali anotado, já que a anotação passa por um sujeito que a produz. Trata-se, com efeito, de uma versão daquilo que tocou o anotante daquilo que compreendeu do que disse o professor ou do que o anotante supõe ter sido dito pelo professor. Essa consideração abre a possibilidade de trabalhar com o conceito de transmissibilidade em detrimento do conceito de transmissão de conhecimento. No conceito de transmissibilidade, algo chega para o aluno, mas não se sabe o quê; não há garantia alguma de que o aluno esteja trilhando uma direção análoga a do professor.

Ao dar-se conta do lapso cometido, o aluno censura o que a incidência da letra sobre o significante traz à tona, fazendo com que se dê a rasura. Nesse sentido, a rasura emerge como efeito de uma autocensura e, por isso, acaba por mostrar a falha da censura no estabelecimento da cadeia significante. Mais: no caso específico dessa rasura, parece ser possível pensar que, ao ser afetado pela heterogeneidade que lhe é constitutiva, o aluno produz uma sutura que se apresenta, no fio enunciativo, como uma estrutura opacificante baseada, nos termos de Authier-Revuz (1998: 21), em uma “não-coincidência das palavras consigo mesmas”; é o caso da rasura por substituição entre “de uma paixão” por “do passado”. Nesse caso, nos termos de Endruweit (2006), ocorreu uma rasura parcial com inserção. Segundo essa autora, a supressão é a forma mais frequente de rasura. A supressão busca extirpar ou elidir aquilo que o anotante, em um mo(vi)mento de leitura, reconhece como inadequado, inapropriado, estranho; mas que, no entanto, já fora escrito. Nos termos de Endruweit (2006: 163): “[...] Aqui, o jogo é de esconder, às vezes de si mesmo, o que já foi

¹⁷ A anotação “Mistérios de uma paixão.” foi escrita à caneta pelo aluno. Ao rasurar a inscrição “de uma paixão”, o aluno promoveu à lápis uma rasura sobre essa expressão, e, por sua vez, também à lápis, substituiu por “do passado”.

marcado no papel. A volta sobre o próprio escrito tenta apagar as pegadas, deixando apenas rastros.”

Sobre essa anotação ainda é importante dizer que há um desliz do significante “passado” para “paixão” por uma associação subjetiva do anotante que é motivada, em certo sentido, por uma semelhança fônica. Não se trata, nesse caso específico, de uma *luta com o “termo certo” para melhor dizer o que se quer dizer*. Trata-se de um lapso cuja natureza subjetiva traz à tona, para o anotante, algo de sua verdade, o que reforça o caráter da rasura como um drama pessoal (cf. ENDRUWEIT: 2006). Um drama que transborda na escrita, na sua enunciação. O anotante sofre o retorno desse lapso na oralidade, ao dizer o título do filme em determinado momento da reunião. E, prontamente, o (re)diz, na tentativa de (re)fazer o Um do seu dizer, de torná-lo adequado, apropriado à instância de discurso em que se inscreve, na tentativa de “apagar” aquilo que lhe é próprio e, por isso mesmo, fora de lugar.

Vejamos outro recorte referente à textualização acadêmica produzida por outro aluno frente ao processo de elaboração da resenha sobre o filme “Mistérios do passado”. Trata-se de parte de um rascunho da primeira versão da resenha. Eis o recorte:

(2) “Mistérios do passado” é um filme ~~que trabalha~~ que retrata a história de ^{de} ~~de~~ dois ^(jovens) adolescentes, viveram ~~em um verão~~ ^{na cidade de Genoa, Austrália.} Franks Sam e Silvy eram ~~dois~~ ^(grandes) amigos, apaixonados um pelo outro, e, que por uma tragédia do destino foram separados para sempre. ~~Porém,~~ ^{anos depois} esse passado assustador ~~perturbava a vi~~ ^{ainda perturbava a vida de Franks, que vive} ~~carrega o peso da culpa~~ em si o sentimento de culpa pela morte ^{de} Silvy. (Texto de aluno)

A partir do recorte (2), é possível notarmos que o aluno, ao ser afetado pela *falta-excesso* de dizer mediante *algo* que escapa a ele e com o qual se estranha, produz rasuras que têm por função:

(a) ora suprimir *algo* textualizado: “[...] viveram ~~em um verão~~ [...]”, “[...] que ~~vive~~ ^{vive} ~~carrega o peso da culpa~~ em si [...]”;

(b) ora substituir, dado o gesto de antecipação produzido pelo aluno, o que supostamente merece ser apagado por aquilo que merece ser evidenciado: “[...] um filme ~~que trabalha~~ ^{que} ~~trabalha~~ que retrata [...]”, “[...] que ~~vive~~ ^{vive} ~~carrega o peso da culpa~~ em si o sentimento de culpa [...]”;

(c) ora adicionar *algo* à textualidade para melhor tentar compor o Um do sentido: “[...] viveram ~~em um verão~~ ^{na cidade de Genoa, Austrália.} [...]”, “[...] eram ~~dois~~ ^(grandes) amigos [...]”;

(d) ora deslocar *algo* de uma posição para uma outra: “[...] esse passado assustador ~~perturbava a vi~~ ^{ainda perturbava a vida de Franks} [...]”;

(e) ora reformular *algo* escrito de um outro modo: “[...] ~~Porém~~, anos depois esse [...]”, “[...] filme ~~que trabalha~~ que retrata a história de ~~de~~ dois [...]”.

Com base em (2), poderíamos destacar que a rasura, constituída pela via da supressão, nos possibilita construir a seguinte leitura: o aluno, ao ser afetado pelo não-um do sentido que, no caso em foco, parece se relacionar ao fato de que a história de “Franks Sam e Silvy” não se resumiria a apenas “um verão”, risca a expressão “em um verão” (designativa de um momento específico e efêmero) e adiciona (também via uma rasura) a expressão locativa “na cidade de Genoa, Austrália”. Desse modo, ao que parece, constitui-se via supressão, nos termos de Authier-Revuz (1998), uma não-coincidência de sentido entre essas expressões, o que evidencia a tensão vivida pelo aluno na busca por “melhor” dizer o que compreende da história discutida na reunião acadêmica. Nesse sentido, não basta rasurar; o aluno é impelido a inserir algo no lugar daquilo que o incomoda, que reconhece como inadequado em relação àquilo que fora discutido na reunião e também em relação àquilo que interpreta do filme assistido. Parece ser o caso também da rasura que subjaz à reformulação que o aluno produz frente à palavra *filme*, conforme explicitamos em (e). Ali, podemos ler que o aluno, a partir de um gesto de antecipação, é afetado pelo não-um do jogo sintático-semântico entre as palavras “trabalha” e “filme”. Disso resulta, portanto, o investimento do aluno na reformulação discursiva de “seu” próprio dizer, de modo a substituir o termo “trabalha” pelo termo “retrata”.

Assim, no caso do recorte (2), há textualizações que são apagadas pela prática de “higienização” do texto e há outras que perduram visíveis integrando-o, em um mo(vi)mento de retorno daquilo que fora censurado. Parece ser o caso, por exemplo, do deslocamento do trecho “perturba a vi”; no próprio fio do dizer, esse trecho ganha textualidade a partir do encabeçamento do advérbio “ainda”, o qual mantém relação com a expressão temporal “anos depois”, de modo a produzir um efeito de realce acerca do “sentimento de culpa pela morte de Silvy”, revivido de modo perturbador por Franks Sam, no filme. Isso parece implicar também a produção da rasura da adversativa “Porém”, via reformulação do dizer, uma vez que, a nosso ver, o uso da adversativa não estabeleceria decorrência para o advérbio “ainda”.

No caso dos recortes (3) e (4), por exemplo, a serem apresentados a seguir, ao analisarmos o processo de textualização de dois universitários, durante a realização de uma tarefa acadêmica da aula de Leitura e Produção de Textos, observamos a emergência de duas rasuras que apontam para um processo de identificação daquele que escreve a certo discurso pedagógico e uma tensão entre dois modos de dizer: um atestado por uma instituição vigente em nossa sociedade, a Escola, e um outro modo de dizer não legitimado. Nesse sentido, a

rasura aponta para coerções sofridas em relação às condições de produção do texto, havendo uma censura relativa a um discurso que incide sobre o escrevente. Vejamos os dois recortes:

(3) Uma das coisas que se tornou crucial na vida das pessoas é a experiência de ter que passar no vestibular para garantir ~~seus~~ estudos ^(dos mesmos) para uma vida profissional, pois a causa do mesmo existir é fato de que o Estado Brasileiro não possui verbas suficientes para... (Texto de aluno)

(4) Isto nos leva a poder explorar melhor o potencial humano, seja ele na ciência seja na arte, ou qualquer outra área. Gastamos menos tempo fazendo ~~coisas~~ ^(tarefas) que não queremos e nos dedicamos mais as que queremos. (Texto de aluno)

Essas duas rasuras parecem ser determinadas pela aprendizagem de uma tendência de produção textual, ou seja, por um conhecimento adquirido em espaço escolar; é, comumente, ensinado por professores de Ensino Fundamental e Médio que os alunos devem evitar repetições e que um recurso para não repetir é utilizar a expressão “(d)o(s) mesmo(s)”, assim como também é ensinado que os alunos devem evitar termos genéricos, inespecíficos, como, por exemplo, “coisa(s)”, “negócio(s)” e o uso de demonstrativos neutros, uma vez que há uma necessidade, dada uma imposição de clareza, de denominar, de especificar os referentes textuais.

Com base na perspectiva da “não-coincidência do discurso consigo mesmo”, conforme propôs Authier-Revuz (1998: 22), essas rasuras, via substituição, parecem evidenciar a pregnância do discurso escolar, que reverbera como um já-dito nessas textualizações acadêmicas. Por isso, é possível dizer que há uma intervenção do discurso escolar na escrita desses alunos. Essa forma de rasura está relacionada àquilo que o aluno apr(e)ende daquilo que o professor ensina em sala de aula e que o toca, de modo que ele, ao escrever em espaço acadêmico, encontra-se impelido à rasura, acreditando estar corrigindo sua escrita, de modo a torná-la adequada à instância discursiva em que se inscreve. Com efeito, via determinação do discurso escolar, (inter)ditada o modo como (se) escreve. Se assim o é, seria esperado que o aluno, de início, já escrevesse segundo o modo apre(e)ndido. A rasura, em certo sentido, traz à tona que esse aluno não se identifica ao modo de dizer apre(e)ndido, mantendo-se em *tensão*.

Nesses recortes que analisamos, de certo modo, podemos dizer que as rasuras têm uma relação singular de busca *por dizer algo* de um modo que aquele que (se) escreve reconheça naquilo que diz ao (se) enunciar um dizer familiar, aceitado, que lhe responda às demandas de sua própria escrit(ur)a.

3. CONSIDERAÇÕES PROVISORIAMENTE FINAIS

Como vimos propondo neste texto, mais notadamente em nosso trabalho de análise, a rasura, assim como a anotação, se apresenta como um fato enunciativo complexo, mas também infinitamente interessante. A rasura traz à tona a tensão vivida por aquele que (se) enuncia ao dizer ou escrever e a anotação joga com o dizer e o mostrar da interpretação do anotante em relação àquilo que anota. Assim sendo, a rasura pode ser tomada como um traço da singularidade da enunciação que mostra a sua heterogeneidade. Isso porque a rasura se inscreve como traço enunciativo que permite ao linguista olhar mais de perto para o que concerne ao seu funcionamento no espaço de articulação entre *discurso* e *fala*, nos termos do que aqui foi apresentado, e para o que concerne à materialização de uma articulação/ruptura entre traço singular e discurso em curso de produção.

Sob os ecos conceituais do diálogo aqui proposto entre a perspectiva de Jacqueline Authier-Revuz (1998; 2004) e a nossa (re)leitura sobre a concepção de enunciação de Émile Benveniste (2005; 2006), interessou-nos pensar a rasura como um espaço de uma intensa tensão entre aquele que (se) enuncia ao dizer ou escrever e aquilo que (se) diz ao enunciar. Nessa tensão, o “novo”, o “diferente”, o “(in)esperado” heterogeneamente reverbera e constitui aquele que (se) enuncia na escrit(ur)a.

Disso resulta, no caso específico das textualizações por nós analisadas, que o processo de anotar, bem como o de rasurar, parece refletir os efeitos do movimento da linguagem no sujeito, via “sua” enunciação, ao vislumbrarmos que, seja em uma relação sintagmática seja em uma relação associativa, algo da ordem de uma *falta-excesso* de dizer se constitui subjetivamente no ato de escrit(ur)a.

Desse modo, a rasura parece evidenciar o acontecimento de uma *falta-excesso* de dizer em virtude daquilo que escapa àquele que (se) enuncia e com o qual se estranha, de modo a acirrar, nesse caso específico, um *estranho-familiar*. Compreendemos, portanto, que aquele que (se) enuncia, por meio de uma textualização acadêmica, se apresenta como constituído por uma espécie de “filtro subjetivo” que, singularmente, (su)porta a interdição do dizer.

A partir de nossas análises, interessou-nos mostrar que as rasuras, constitutivas da prática de textualização, podem imprimir compreensão às questões que tocam aquele que (se) enuncia pela textualização. Por isso, em um gesto de leitura subjacente ao nosso trabalho de análise, levamos em conta possíveis marcas da relação singular que aquele que (se) enuncia deixa (entre)ver via uma escrit(ur)a de si. Nesse sentido, a análise da rasura em textos acadêmicos pode deixar flagrar o mo(vi)mento subjetivo daquele que (se) textualiza, de modo

a dar certo acesso ao modo como (se) “lida” com o conhecimento em processo de transmissibilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AGUSTINI, Cármen Lúcia Hernandes. A rasura em textos acadêmicos. Texto da comunicação apresentada na Mesa Redonda *Linguagem e constituição do sujeito*, no III Seminário de Pesquisa em Análise do Discurso (III SEMAD). Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 05/06/2008. Cópia da autora.
2. ALFERES, Sirlene Cíntia. 199 f. *A escrita de Arnaldo Antunes em seu(s) (40) escritos*. Dissertação [Mestrado]. Uberlândia, MG: UFU, 2010.
3. ANDRÈS, M. O outro. In: KAUFMANN, Pierre. *Dicionário enciclopédico de psicanálise: o legado de Freud e Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996, p.562.
4. AUROUX, Sylvain. Linguagem e subjetividade. In: AUROUX, Sylvain. *A filosofia da linguagem*. Trad. José Horta Nunes. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.
5. AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Trad. Maria Onice Payer. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.
6. AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. A não-co incidência interlocutiva e seus reflexos metaenunciativos. In: AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
7. BENVENISTE, Émile. *Problemas de Lingüística Geral I*. Campinas: Pontes, 2005.
8. BENVENISTE, Émile. *Problemas de Lingüística Geral II*. Campinas: Pontes, 2006.
9. DOR, Joel. Inconsciente. In: KAUFMANN, Pierre. *Dicionário enciclopédico de psicanálise: o legado de Freud e Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996, p.267.
10. ENDRUWEIT, Magali Lopes. 206 f. *A escrita enunciativa e os rastros de singularidade*. Tese [Doutorado em Estudos da Linguagem. Área de concentração: Teorias do texto e do discurso] – Programa de Pós – graduação em Letras, Porto Alegre, RS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.
11. FLORES, Valdir do Nascimento. Entre o *dizer* e o *mostrar*: a transcrição como modalidade de enunciação. In: *Organon: revista da Faculdade da filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. v. 20, n. 40-41, 2006.
12. FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. *Introdução à Lingüística da Enunciação*. São Paulo: Contexto, 2008.

13. FLORES, Valdir do Nascimento. Enunciação, singularidade e autoria. In: TFOUNI, Leda Verdiani (org.). *Múltiplas faces da autoria: Análise do Discurso, Psicanálise, Literatura, Modernidade e Enunciação*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2008.
14. FLORES, Valdir do Nascimento [et al.]. *Enunciação e gramática*. São Paulo: Contexto, 2008.
15. LACAN, Jacques [1957]. A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In: LACAN, Jacques. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998a.
16. LACAN, Jacques [1966]. O seminário sobre a carta roubada. In: LACAN, Jacques. *Escritos*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998b.
17. LACAN, Jacques. Lituraterra. In: LACAN, Jacques. *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
18. LEITE, João de Deus. 171 f. *Discursivizações sobre Ayrton Senna e certa representação de brasilidade*. Dissertação [Mestrado]. Uberlândia, MG: UFU, 2010.
19. MILNER, Jean-Claude [1983]. R, S, I. In: MILNER, Jean-Claude. *Os nomes indistintos*. Trad. Procópio Abreu. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2006.
20. PACHECO, Ondina. *Sujeito e Singularidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.
21. SAUSSURE, Ferdinand de [1916]. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, 2006.
22. TAMBÉM, Danislau. *O herói hesitante: autobiografia de um anônimo*. Uberlândia: D. B. Teixeira, 2005.
23. TEIXEIRA, Marlene. *Análise de discurso e psicanálise – elementos para uma abordagem do sentido no discurso*. 2 ed. Porto Alegre: EDUPUCRS, 2005.

ABSTRACT: Based on a dialogue between concepts by Authier-Revuz (1998; 2004), who was influenced by different fields out of Linguistics, and the notion of enunciation by Émile Benveniste (2005; 2006), this article aims at problematizing the relationship among three features present in the process of enunciation: the one who writes a text, what he enunciates and how he does so. Within such a process, we have focused on what scratches a text. The concept of scratching does not simply consider it as a mo(ve)ment of correction. On the contrary, scratching is conceived here as a space of tension founded by the *lack* and the *excess* of saying that escapes from the one who enunciates, provoking strangeness. Thus, under our perspective, scratching has got the statue of a complex relationship with the subjectivity understood as not being subjectivist. Notes, written by college students in class, lectures and studies in general constituted the material analyzed.

KEYWORDS: Linguistics of Enunciation; Scratching; Strange-familiar; Subjectivity.

Recebido no dia 30 de novembro de 2010.

Artigo aceito para publicação no dia 01 de março de 2011.